

RESULTADO LEGISLATIVO SEMANAL

Semana de 28 de Agosto a 1º de Setembro de 2017

|  |
| --- |
|  **CONGRESSO NACIONAL** |
| **PLENÁRIO** | **Sete vetos presidenciais foram mantidos e um foi derrubado na sessão do Congresso desta quarta-feira (30).** Entre os textos mantidos está o veto ao texto que alterava os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, e diminuía a área do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.O texto aprovado pelo Congresso desmembrava parte da área da Flona para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, no Pará. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2017 (MP [756/2016](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127863)) não diminuía a área da  floresta, mas aumentava para 486 mil hectares o total transformado em APA. As APAs têm regras mais flexíveis, já que permitem ocupação humana e podem ter terras privadas, por isso a mudança havia sido criticada por ambientalistas.Também foi mantido o veto do presidente Michel Temer ao projeto (PLV 5/2017) que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para adequá-lo à passagem ferrovia Ferrogrão (EF-170), paralela à BR-163, ligando o Centro-Oeste ao norte do Pará. Durante a análise no Congresso, os parlamentares haviam retirado  101.270 hectares do Parque Nacional do Jamanxim.Outro [veto](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/27/lei-prorroga-isencao-do-adicional-de-marinha-mercante) mantido foi ao projeto que prorrogou em cinco anos o prazo de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (PLV 11/2017). O veto foi ao trecho que estendia a isenção do Adicional a mercadorias importadas que chegassem pelos portos das Regiões Norte e Nordeste destinadas à industrialização ou consumo. Também foi vetado o financiamento pelo fundo da Marinha Mercante da recuperação, dragagem, modernização e expansão ou construção de portos.O último [veto](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/12/sancionadas-regras-para-regularizacao-fundiaria-rural-e-urbana) analisado pelo Congresso e derrubado nesta quarta-feira foi ao PLV 12/2017 ([MP 759/2016](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127879)), que estabeleceu regras para regularização de terras da União ocupadas na Amazônia Legal e disciplinou procedimentos para regularização fundiária urbana. Foram vetados cinco trechos da lei, entre eles a extensão a todos do perdão de dívidas de crédito de instalação, que é o financiamento para produtores assim que se instalam na terra. A rejeição ao veto foi uma recomendação do próprio governo.Na última terça-feira (29), nas votações nominais, os parlamentares derrubaram um veto e mantiveram outros sete. O único veto derrubado permitia às empresas destinarem até 10% de sua cota de contratação de jovens aprendizes à formação técnico-profissional relacionada a práticas de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura de instalações esportivas.Ainda na terça-feira, na votação pela cédula eletrônica, senadores e deputados mantiveram dois outros vetos da pauta: o veto ao PLV 13/2017, que instituiu a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o veto ao [PLC 57/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129619), que cancelou precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais depositados há mais de dois anos que não tinham sido sacados. |
| **SENADO FEDERAL** |
| **PLENÁRIO** |  Em razão das sessões conjuntas do Congresso Nacional não houveram deliberações de interesse no plenário do Senado  |
| **CÂMARA DOS DEPUTADOS** |
| **PLENÁRIO** | Em razão das sessões conjuntas do Congresso Nacional não houveram deliberações de interesse no plenário da Câmara dos Deputados.  |

|  |
| --- |
| **PAUTA NAS COMISSÕES** |

**JUVENTUDE**

|  |  |
| --- | --- |
| Altera o Estatuto d Criança e do Adolescente |  **Câmara dos Deputados| Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania| 29 (terça)**[**PL 3.212/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1999535) - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil. O Relatório do relator, senador Alceu Moreira (PMDB/RS), pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |
| Altera as diretrizes e base de Educação nacional | **Câmara dos Deputados | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania| 29 (terça)**[**PL 690/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=996724) – Altera o art. 44 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para admitir a matrícula em curso de graduação de estudante que, ainda cursando o ensino médio, tenha sido aprovado em processo seletivo e obtido pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio que o habilite ao certificado de conclusão desse nível de ensino. **O projeto esta com vistas coletivas**. O Relatório do relator, senador Covatti Filho (PP/RS), é pela aprovação com emendas. |
| Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes | **Câmara dos Deputados | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania| 29 (terça)**[**PL 1.454/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230259)- Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes. O Relatório do relator, senador Antonio Bulhões (PRB/SP), é pela aprovação com substitutivo. **O projeto não foi deliberado.** |
| Transporte escolar | **Câmara dos Deputados | Comissão de Finanças e Tributação| 30 (quarta)**[**PL 3.410/12**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536797) **-** Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para assegurar transporte escolar aos beneficiários da Bolsa-Formação Estudante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **O projeto foi retirado de pauta em virtude da ausência do relator.** |
| Centros de ressocialização juvenil | **Câmara dos Deputados | Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público| 30 (quarta)**[**PL 1.985/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307669) **-** Dispõe sobre a criação de Centros de Ressocialização Juvenil, mediante Regime Diferenciado de Contratações Públicas e dá outras providências. O Relatório do relator, senador Benjamin Maranhão (SD/PB), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |
| Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente | **Câmara dos Deputados | Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público| 30 (quarta)**[**PL 5.154/16**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083357) **-** Modifica o art. 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar a separação dos internos em razão do sexo, e dá outras providências. O Relatório da relatora, senadora Ana Perugini (PT/SP), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |
| Cria o Programa Nacional de Incentivo ao Protagonismo Juvenil | **Câmara dos Deputados | Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público| 30 (quarta)**[**PL 1.447/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230242) **-** Dispõe sobre o protagonismo juvenil e cria o Programa Nacional de incentivo ao Protagonismo Juvenil. O Relatório do relator, senador Lincoln Portela (PRB/MG), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |

**EDUCAÇÃO**

|  |  |
| --- | --- |
| Educação Ética | **Câmara dos Deputados | CE | 29 (terça) às 10h**[**Audiência Pública**](http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1587194.htm) **- A Educação para a Formação Ética e de Valores****Convidados:** **SANDRA ZITA SILVA TINE** - presença confirmadaRepresentante da Secretaria de Educação Básica - MEC  **PEDRO LAUDINOR GOERGEN** Professor Doutor **GONÇALO VICENTE MEDEIROS** - presença confirmadaProfessor e representante do Instituto de Educação em Valores Humanos **AMÁBILE APARECIDA PACIOS** - presença confirmadaPresidente da Comissão de Nível Superior - FENEP  |
| **Educação indígena**  | **Senado Federal | CE | 29 (Terça)**[**PLS 737/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124008) - Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. A apreciação da matéria foi adiada. |
| **Alfabetização de jovens e adultos**  | **Senado Federal | CE | 29 (Terça)**[**PLS 124/16**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125243) - Altera a lei que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES) para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado.A apreciação da matéria foi adiada. |
| Educador social  | **Senado Federal | CAS | 30 (Quarta)**[**PLS 328/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529) - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educadora e Educador Social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas, com atuação dentro ou fora dos âmbitos escolares, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.A apreciação da matéria foi adiada. |

**FILANTROPIA**

|  |  |
| --- | --- |
| Economia Solidária | **Câmara dos Deputados | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania| 29 (terça)**[**PL 4685/12**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138) - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.. O Relatório da relatora, senadora Maria do Rosário (PT/RS), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |

**MEIO AMBIENTE**

|  |  |
| --- | --- |
| Licenciamento ambiental | **Câmara dos Deputados | CMADS | 30 (quarta)****PL 5106/16** - Torna obrigatória a utilização de percentuais mínimos de energia oriunda de fontes renováveis em projetos de irrigação pública. O Relatório do relator, deputado Daniel Coelho (PSDB/PEC), é pela aprovação com uma emenda. **O projeto não foi deliberado.** |
| Licenciamento ambiental | **Câmara dos Deputados | CAPADR | 30 (quarta)****PL 7145/17** - Aperfeiçoa a sistemática adotada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Relatório do relator, deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), é pela rejeição. **O projeto não foi deliberado.** |
| Cotas de Reserva Ambiental | **Senado Federal| CMA | 30 (quarta)**[**Audiência Pública** -](http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?1&reuniao=6525)  Debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização das Cotas de Reserva Ambiental (CRA).**Convidados :****Sr. Raimundo Deusdará Filho - Presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (Representante de Ministério do Meio Ambiente (MMA))** **Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais****Sra. Roberta Del Giudice - Secretária Executiva do Observatório do Código Floresta (Representante de Observatório do Código Florestal)****Sr. Bernardo Baeta Neves Strassburg - Professor PUC- Rio****Sr. Mauricio de Moura Costa - Diretor de Operações e Presidente da BVRio.com****Representante de Instituto Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro - BVRio**  |